

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 60ª Reunião Ordinária da CT-PL -

NAPA – Bragança Paulista/SP – 06/03/2015 - 09h30min

Membros com direito a voto					
Vaga	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação	Repr. com procuração
01	IGAM	Renata Maria Araujo	Titular	Ausente	
	IEF	Raquel Junqueira Costa	Suplente	Ausente	
02	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Angelo César Bosqueiro	Titular	Presente	
		Sérgio Rocha Lima Diehl	Titular	Ausente	
	Fundação Florestal	Luiz Sertório Teixeira	Suplente	Ausente	
		Eduardo Meira Campos	Suplente	Ausente	
03	Secretaria da Logística e Transportes	Marcelo Poci Bandeira	Titular	Justificou	
		Augusto Olavo Leite	Titular	Justificou	
	Secretaria de Energia	Daniel Jesus de Lima	Suplente	Presente	
		Josmar Machado Camargo	Suplente	Ausente	
04	SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo	Titular	Ausente	
		José Roberto Fumach	Titular	Presente	
	Secretaria de Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro	Suplente	Justificou	
		Marcos César Prado	Suplente	Ausente	
05	SSRH	Luiz Roberto Moretti (Secretário-executivo)	Titular	Presente	
		Leonildo Ednilson Urbano (Secretário - executivo Adjunto CBH-PCJ)	Titular	Presente	
	DAEE	Luiz Roberto Moretti	Suplente	Presente	
		Caroline Túbero Bacchin	Suplente	Ausente	
06	SMA	Egberto da Fonseca Casazza	Titular	Presente	
		Roberta Hammerat de Araújo Pinto	Titular	Ausente	
	CETESB	Eneida Mara Moraes Zanella	Suplente	Presente	
		Rita de Cássia Lorenzi	Suplente	Ausente	
07	P. M. de São Pedro	Hélio Donizete Zanatta	Titular	Ausente	
		Thiago Silvério da Silva	Titular	Ausente	
	P. M. de Holambra	Fernando Fiori de Godoy	Suplente	Ausente	
		Petrus Bartholomeus Weel	Suplente	Presente	
08	P. M. de Jundiaí	Pedro Antonio Bigardi	Titular	Ausente	
		Maria das Graças Martini	Titular	Presente	p/ Maria A Pedro Dib
	P. M. de Jaguariúna	Tarcísio Cleto Chiavegato	Suplente	Ausente	
		Irineu Gastaldo Júnior	Suplente	Presente	
09	P. M. de Morungaba	José Roberto Zem	Titular	Ausente	
		Clara Geromel	Titular	Ausente	
	P. M. de Limeira	Paulo Cezar Junqueira Hadich	Suplente	Ausente	
		Alquermes Valvassori	Suplente	Presente	
10	P. M. de Rio Claro	Palmínio Altimari Filho	Titular	Ausente	
		Geraldo Gonçalves Pereira	Titular	Presente	
	P. M. de Capivari	Rodrigo Abdala Proença	Suplente	Ausente	
		José Luiz Cabral	Suplente	Ausente	
11	P. M. de Vargem	Aldo Francelino Moyses	Titular	Ausente	
		Michele Consolmagno	Titular	Presente	
	P. M. de Bragança Paulista	Fernão Dias da Silva Leme	Suplente	Ausente	
		Luis Natividade	Suplente	Presente	
12	P. M. Extrema	Luiz Carlos Bergamin	Titular	Ausente	
		Paulo Henrique Pereira	Titular	Presente	
	P. M. Itapeva	Cláudia Viveani de Moraes Andrade	Suplente	Ausente	
		Sidney José da Rosa (Secretário-executivo Adjunto CBH-PJ)	Suplente	Presente	
13	FLORESPI	Ricardo Otto Leão Schmidt	Titular	Ausente	
	Elo Ambiental e Coordenadora-Adjunta da CT-RN	Claudia Grabher	Suplente	Presente	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 60ª Reunião Ordinária da CT-PL -

NAPA – Bragança Paulista/SP – 06/03/2015 - 09h30min

14	AEJ	Jaime Ramiro	Titular	Presente	
	AAEAA	Edmo José Stahl Cardoso	Suplente	Ausente	
15	IPSA	Waldemar Bóbbbo	Titular	Presente	
	Fórum das Entidades Cíveis	Filipe Marcelo Gonçalves Becari	Suplente	Ausente	
16	Rotary Internacional D4590 e Coordenador da CT-ID	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi	Titular	Presente	
	Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar	Suplente	Justificou	
17	Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz	Titular	Presente	p/ José Cezar Saad
		Jussara Cordeiro Santos	Titular	Ausente	
17	Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana - BLOSS	Isaac Borges da Rosa	Suplente	Ausente	
18	Associação dos Atrativos de Salto	José Carlos Zambone	Titular	Presente	
	ABES-MG	Adelson Diamond Candido	Suplente	Ausente	
19	CIESP – DR Jundiá	Roberto Mario Polga	Titular	Justificou	
	CIESP – DR Piracicaba	Homero Scarso	Suplente	Justificou	
20	CIESP – DR Limeira	Jonas Vitti	Titular	Presente	
	ÚNICA	André Elia Neto	Suplente	Presente	
21	Sindicato Rural de Campinas	Luis Fernando Amaral Binda	Titular	Presente	
	Sindicato Rural de Rio Claro e Coordenador da CT-Rural	João Primo Baraldi	Suplente	Presente	
22	COPASA	Waldir Souza	Titular	Presente	
		Alexandre José Grego	Titular	Ausente	
22	Sindicato Rural de Indaiatuba	José Rodolfo Penatti	Suplente	Presente	p/ Ricardo Dias Pacheco
23	ASSEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme	Titular	Presente	
		Paulo Roberto S. Tinell	Suplente	Ausente	
24	SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo	Titular	Ausente	
		José Roberto Fumach	Titular	Presente	
24	ABCON	Jorge Carlos Amin	Suplente	Presente	p/ Maria aparecida draheim

Membros sem direito a voto				
Representação	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação
CT-EA	Atrativos de Salto	Dorisney Ribeiro Campos	Coordenadora-adjunta	Presente
CT-Indústria	CIESP DR Campinas	Jorge Mercanti	Coordenador	Presente
CT-PB	ASSEMAE	Adriana Angélica R. V. Isenburg	Coordenadora	Presente
CT-OL	DAEE	Sebastião Vainer Bosquilia	Coordenador	Presente

Sigla da Entidade Convidada	Representante
Fundação Agência das Bacias PCJ	Sérgio Razera: Diretor-presidente
	Patricia Gobet de Aguiar Barufaldi: Diretora Técnica
	Kátia Rossi Gotardi Piccin
	Vanessa Cristina Bortolazzo Longato
	Ronnie Carlos Peguim
	Eduardo Cuoco Léo
	Ivanise Pachane Milanez
	Elaine Franco de Campos
SMMA Bragança Paulista	Natalia Pelliciano
AESABESP	João de Jesus Rocha
SABESP	Nilton de Santana
Aventura Produções	Vera R. P. Santos
	Yuri Sanada
GAEMA Campinas	Geraldo Navarro Cabañas

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 60ª Reunião Ordinária da CT-PL -

NAPA – Bragança Paulista/SP – 06/03/2015 - 09h30min

1. **Pauta e abertura:** 1. **Pauta e abertura:** A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) por meio de mensagem eletrônica, em 27/02/2015. A
5 abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Luiz Roberto Moretti, que cumprimentou a todos e agradeceu à Prefeitura de Bragança Paulista pela cessão do espaço, na pessoa do Sr. Francisco Chen de Araújo Braga, Secretário Municipal de Meio Ambiente da P. M. de
10 Bragança Paulista, o qual deu as boas-vindas e desejou uma boa reunião. 2. **Informes:** 2.1. **pela Secretaria Executiva:** O Sr. Moretti lembrou que durante a 10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada no dia 14 de dezembro de 2012, no município de Itapeva/MG,
15 foi aprovada a Deliberação dos Comitês PCJ nº 163/12, que instituiu o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PAP-PCJ), para o exercício 2013-2016. O PAP-PCJ 2013-2016 é o instrumento básico de
20 orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água em rios de domínio da União, nas Bacias PCJ, para o período de 2013 a 2016, pela Agência das Bacias PCJ. No inciso XV, do art. 6º, Capítulo II - Das Metas,
25 Programas e Ações Prioritários, do PAP-PCJ 2013-2016, consta a meta relacionada à formação e à capacitação técnica dos membros das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, sendo esta uma atividade constante e rotineira, principalmente porque a
30 capacitação destes membros permite a tomada de decisões sempre mais qualificadas. Consta no PAP-PCJ 2013-2016, dentre outras, a ação de firmar parcerias com instituições de ensino, visando oferecer anualmente, aos membros das Câmaras Técnicas (CTs),
35 vagas em cursos de especialização "Lato Sensu". E tendo em vista que, a partir de março de 2015 a Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba (FUMEP) oferecerá nova turma do curso de Pós-Graduação Lato Sensu de "Especialização em Gerenciamento de Recursos Hídricos", foi realizada consulta junto às
40 Coordenações das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ (CTs), do interesse em terem membros cursando essa pós-graduação, sendo indicados representantes da CT-PL; CT-ID; CT-Indústria; CT-Rural; CT-PB; CT-OL; CT-MH; CT-AS; CT-SA; CT-SAM; CT-EA; CT-RN e
45 do Conselho Fiscal da Agência das Bacias PCJ. O Sr. Moretti informou que, de 17 a 19 de março de 2015, será realizada, em Brasília/DF, o Seminário do Programa Produtor de Água, fornecendo informações sobre o evento. O Sr. Moretti informou que os Comitês
50 PCJ, por meio de sua Câmara Técnica de Educação Ambiental, está produzindo uma série vídeos educacionais, de 12 episódios, de 9 minutos cada, que serão posteriormente veiculados na TV PCJ,
55 fornecendo as datas das oficinas para a produção dos

vídeos educacionais e convidou a todos a participarem. O Sr. Moretti convidou a todos para participarem, no dia 27 de março de 2015, no município de Piracicaba/SP, da 15ª Reunião Plenária dos Comitês PCJ, e ressaltou a importância da participação, por se tratar da reunião de composição do Plenário para o mandato 2015-2017 do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL. O Sr. Moretti prestou informações e esclarecimentos sobre o processo eleitoral do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, conforme previsto pela
60 Deliberação dos Comitês PCJ nº 205/14, de 08/08/14, e ressaltou que na data de 09/03/15 será realizada Assembleia Geral, das entidades do Estado de São Paulo, para a eleição das chapas representantes do segmento Organizações Cívicas, e homologação pela Comissão Eleitoral; e que na data de 11/03/15 serão realizadas as votações para eleição das chapas, com entidades representantes do segmento Usuários de Recursos Hídricos. O Sr. Moretti ressaltou, ainda, que
65 até a data de 16/03/15 poderão ser indicados os representantes, nos Plenários dos Comitês PCJ, das entidades eleitas dos segmentos usuários de recursos hídricos e organizações cívicas. 2.2. **pela Agência das Bacias PCJ:** O Sr. Moretti passou a palavra ao Sr.
70 Sergio Razera, Diretor-Presidente da Agência das Bacias PCJ, o qual informou que a Fundação Agência das Bacias PCJ, visando o exercício das funções de competência de Entidade Delegatária, atingiu, a nota 9,8 no contrato de gestão firmando com a Agência Nacional de Águas, no ano de 2014. O Sr. Sergio informou que no final do ano de 2014 o Programa da Comissão Europeia sobre Gestão de Bacias e Mudanças Climáticas, o WATERCLIMA, selecionou para fomento a Ação denominada "EcoCuencas", que
75 foi concebida no final do ano de 2014, com apoio da Agência das Bacias PCJ. Em decorrência deste fato, nos dias 11 e 12 de fevereiro representantes da Agência das Bacias PCJ participaram de Oficina Regional de detalhamento da ação. O evento, que ocorreu na cidade de Lima, no Peru, foi promovido pelo Escritório Internacional da Água (OIEAU), que capitaneia o EcoCuencas. O Presidente da Autoridade Nacional da Água do Peru (ANA-Peru) - Juan Carlos Sevilla Gildemeister, - e outras autoridades que representam
80 bacias hidrográficas críticas na América latina prestigiaram o encontro. Os trabalhos do EcoCuencas contaram com a liderança de distintas organizações internacionais, como ASCONIT, da França, Ecologic Institute, da Alemanha, assim como a RELOB/REBOB (Rede Latino Americana de Organismos de Bacia e Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas). As Bacias PCJ foram selecionadas como a região para desenvolvimento de projeto-piloto do EcoCuencas no Brasil. Além da implementação de projetos-piloto –
85 iniciativa que envolverá também bacias no Peru,

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 60ª Reunião Ordinária da CT-PL -

NAPA – Bragança Paulista/SP – 06/03/2015 - 09h30min

Equador e Colômbia - os trabalhos terão componentes dedicados à avaliação participativa da situação atual e das principais necessidades em termos de gestão por bacia nos países envolvidos, recomendações e aplicações concretas para mecanismos financeiros, bem como, networking, divulgação, formação e reforço de capacidades. Com duração de 3 anos, o EcoCuencas contará com a subvenção da Comissão Europeia, sendo que a participação das Bacias PCJ terá atividades voltadas à cobrança pelo uso dos recursos hídricos e mudanças climáticas. O Sr. Sergio informou que a Secretaria de Agricultura e a Agência das Bacias PCJ estão discutindo a implementação conjunta de programas, projetos e atividades voltados à gestão dos recursos hídricos, com ênfase nas áreas rurais e na melhoria das condições de produção agrícola e qualidade ambiental, através de um protocolo de intenções que significa mais um passo em direção à cooperação técnica na área de gestão integrada dos recursos hídricos. O Sr. Sergio informou que no dia 06/02/2015, o Presidente do CBH-PJ, Sr. Jefferson Rennó, esteve em Belo Horizonte/MG participando de reunião com a presença do Secretário Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais – SEMAD, para apresentação de pontos importantes relacionados com a Gestão de Recursos Hídricos no Estado de Minas Gerais, tendo como pauta os seguintes elementos de discussão: Gestão dos Comitês de Bacias Hidrográficas ano 2015; FHIDRO – Orçamento 2015 e Manutenção do FHIDRO; repasse às respectivas bacias hidrográficas dos recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em MG; Decreto nº 46.711. O Sr. Sergio informou que está sendo reativado, na sede Instituto Estadual de Floresta de Minas Gerais, situado no município de Camanducaia, o escritório avançado da Agência das Bacias PCJ, visando maior agilidade nas atividades desenvolvidas na parcela mineira das Bacias PCJ. **2.3. pelos membros:** O Sr. Moretti passou a palavra para a Sra. Adriana Angélica Rosa Vahteric Isenburg, coordenadora da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB), a qual informou que CT-PB, em sua 60ª Reunião Ordinária, realizada dia no 25/02/2015, no município de Piracicaba/SP, aprovou a versão final com as contribuições resultantes das oficinas do Termo de Referência para revisão do Plano de Bacias, sendo enviado o Termo de Referência final à Agência das Bacias PCJ para iniciar os procedimentos de contratação. Ressaltou que na ocasião da realização da 60ª Reunião Ordinária da CT-PB, foi apresentado o SSD2 e suas alterações, sendo que a previsão de conclusão e treinamentos do programa está previsto para agosto de 2015. **3. Apreciação das Atas da 59ª Reunião Ordinária da CT-PL, realizada no Parque da Cidade – Jundiá/SP, em 07/11/2014, e da 44ª**

Reunião Extraordinária da CT-PL, realizada no Museu da Água – Piracicaba/SP, em 17/11/2014: O Sr. Moretti questionou aos membros se seria necessária a leitura das referidas atas. A leitura foi dispensada por unanimidade e o Sr. Moretti abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo das mesmas. Não havendo manifestações, os conteúdos de ambas as atas foram aprovadas por unanimidade, sem alterações na minuta apresentada. **4. Resultados da pré-qualificação dos empreendimentos de demanda espontânea (FEHIDRO e Cobranças PCJ 2015) e análise de recursos sobre o processo de pré-qualificação:** O Sr. Moretti passou a palavra para a Sra. Elaine Franco de Campos, Coordenadora de Projetos da Agência PCJ, que apresentou a relação de empreendimentos deferidos e indeferidos nas diversas fases de hierarquização de projeto – exercício 2015 (pré-análise de documentos; análise de enquadramento pelas Câmaras Técnicas; análise técnica e verificação de documentos). A Sra. Elaine informou que no período de inscrição foram apresentados para o PDC 1, 2 (dois) empreendimentos; para o PDC 3, 12 (doze) empreendimentos e para o PCD 5, 25 (vinte e cinco) empreendimentos, totalizando 39 inscritos. A Sra. Elaine informou que foram classificados para o PDC 1, 1 (um) empreendimentos, para o PDC 3, 10 (dez) empreendimentos e para o PDC 5, 13 (treze) empreendimentos, totalizando 24 (vinte e quatro) classificados. Dando continuidade aos trabalhos, a Sra. Elaine iniciou a apresentação de cada empreendimento que não apresentou a documentação completa para esta etapa; portanto, classificados na condição de INDEFERIDOS, sendo: O empreendimento com Protocolo nº 2826, “Ação de Combate a Perdas - Etapa VIII - Projeto de Adequação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água com Substituição de Equipamentos Eletromecânicos no município de Rio Claro - SP”, cujo candidato a tomador é o Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro - DAAE, foi indeferido pela Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA), por não se enquadrar em controle de perdas de água e sim diminuição do consumo de energia elétrica. Ainda caracteriza-se como manutenção do sistema de abastecimento de água e, de acordo com Manual de Procedimentos Operacionais (MPO) do FEHIDRO, as ações solicitadas não são financiáveis. O empreendimento com Protocolo nº 2843, “Substituição de Adutoras de Água Bruta, na Captação do “Córrego Benfica””, cujo candidato a tomador é o SAAEP Santo Antônio de Posse, foi indeferido pela Agência PCJ, por estar inadimplente com a Cobrança Estadual Paulista no ato da inscrição, bem como, não atendeu aos pré-requisitos estabelecidos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 210/14, de 26/09/2014, Anexo I; Artigo 5º. O

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 60ª Reunião Ordinária da CT-PL -

NAPA – Bragança Paulista/SP – 06/03/2015 - 09h30min

empreendimento com Protocolo nº 2847, “Controle de Redução de Perdas - Substituição do Anel de Distribuição de Água do Lago do Major por Método Não Destrutivo e Sistema de Perfuração Direcional”, cujo candidato a tomador é a Companhia de Saneamento Ambiental de Atibaia - SAAE, foi indeferido pela Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA), pois a ação pleiteada não consta no Plano de Combate às Perdas Hídricas do município. O empreendimento com Protocolo nº 2848, “Elaboração de Base Geoprocessada ao Sistema S.G.B. e Compatibilização de Informações Cadastrais da Rede de Água e Esgoto no Loteamento Três Rios - Dois Córregos”, cujo candidato a tomador é o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Dois Córregos - SAAEDOCO, foi indeferido pela Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA), pois, conforme Deliberação dos Comitês PCJ nº 210/14, Anexo I, Artigo 2º, o empreendimento objeto de solicitação não se enquadra nas ações dos PDCs financiáveis e o empreendimento localiza-se em área rural. Os empreendimentos com Protocolos nº 2852 e 2853, denominados “Elaboração do Projeto de Automação do Sistema de Tratamento das ETAs de Monte Alegre do Sul” e “Elaboração da Modelagem Hidráulica na Rede de Distribuição de Água e Monitoramento das Pressões no Sistema de Abastecimento do Município de Monte Alegre do Sul”, respectivamente, cujo candidato a tomador é a Prefeitura Municipal da Estância Hidromineral de Monte Alegre do Sul, foram indeferidos pela Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA), pois a ação pleiteada no protocolo nº 2852 não consta no Plano de Combate às Perdas Hídricas do município e, de acordo com MPO do FEHIDRO, a ação solicitada não é financiável. E, ainda, para o caso do protocolo nº 2853, existe outro projeto financiado pelo Comitês PCJ - (SinFEHIDRO 2014-PCJ-618) que deverá estar finalizado para que este monitoramento seja realizado; devendo ser apresentado comprovação de finalização do projeto anterior. O empreendimento com Protocolo nº 2854, “Adequação das Pressões no Sistema de Abastecimento de Água dos Setores 01 e 02 do município de Cordeirópolis - SP”, cujo candidato a tomador é o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cordeirópolis - SAAE, foi indeferido pela Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA), pois o empreendimento solicitado não consta no Plano de Combate às Perdas, qual seja, previsão de reservatório para controle de pressão; e o reservatório para reservar água não é passível de financiamento, de acordo com o MPO do FEHIDRO. O empreendimento com Protocolo nº 2855, “Implantação da Setorização em zonas de pressão da rede de distribuição de água, bem como o fornecimento e instalação de macromedidores de vazão, incluindo monitoramento via remota,

realização de pesquisa de vazamentos não visíveis e substituição de hidrômetros no sistema de abastecimento de água no município de Rafard”, cujo candidato a tomador é a Prefeitura Municipal de Rafard, foi indeferido pela Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA), pois o Plano de Combate às Perdas Hídricas, contratado pela Agência das Bacias PCJ, está em elaboração, não podendo ser objeto de solicitação de recursos, no momento. O empreendimento com Protocolo nº 2857, “Monitoramento das Pressões no Sistema de Distribuição de Água do município de Salto”, cujo candidato a tomador é o Serviço Autônomo de Água, Esgoto e Meio Ambiente de Salto - SAAE Ambiental, foi indeferido pela Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA), pois a ação pleiteada não consta no Plano de Combate às Perdas Hídricas do município. O empreendimento com Protocolo nº 2860, “Implantação da Setorização em zonas de pressão da rede de distribuição de água, bem como o fornecimento e instalação de macromedidores de vazão, incluindo monitoramento via remota, realização de pesquisa de vazamentos não visíveis e substituição de hidrômetros no sistema de abastecimento de água do município de Bom Jesus dos Perdões.”, cujo candidato a tomador é a Prefeitura Municipal de Bom Jesus dos Perdões, foi indeferido pela Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA), pois o Plano de Combate às Perdas Hídricas, contratado pela Agência das Bacias PCJ, está em elaboração, não podendo ser objeto de solicitação de recursos, no momento. O empreendimento com Protocolo nº 2862, “Implantação da Setorização em zonas de pressão da rede de distribuição de água, bem como o fornecimento e instalação de macromedidores de vazão, incluindo monitoramento via remota, realização de pesquisa de vazamentos não visíveis e substituição de hidrômetros no sistema de abastecimento de água do município de São Pedro”, cujo candidato a tomador é o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Pedro –SAAESP, foi indeferido pela Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA), pois o Plano de Combate às Perdas Hídricas, contratado pela Agência das Bacias PCJ, está em elaboração, não podendo ser objeto de solicitação de recursos, no momento. O empreendimento com Protocolo nº 2864, “Execução dos coletores, estação elevatória, linha de recalque e gravidade para receber os esgotos dos bairros situados à montante da “Área D” no município de Rio das Pedras/SP”, cujo candidato a tomador é o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Rio das Pedras - SAAE, foi indeferido pela Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA), pois com base no artigo 8º da Deliberação dos Comitês PCJ nº 210/2014, tendo em vista a inexistência de ETE que permita o imediato funcionamento do coletor proposto após sua conclusão.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 60ª Reunião Ordinária da CT-PL -

NAPA – Bragança Paulista/SP – 06/03/2015 - 09h30min

O empreendimento com Protocolo nº 2866, “Implantação da Setorização em zonas de pressão da rede de distribuição de água, bem como o fornecimento e instalação de macromedidores de vazão, incluindo monitoramento via remota, realização de pesquisa de vazamentos não visíveis e substituição de hidrômetros no sistema de abastecimento de água do município de Ipeúna”, cujo candidato a tomador é a Prefeitura Municipal de Ipeúna, foi indeferido pela Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA), pois o Plano de Combate às Perdas Hídricas, contratado pela Agência das Bacias PCJ, está em elaboração, não podendo ser objeto de solicitação de recursos, no momento. O empreendimento com Protocolo nº 2869, “Implantação de sistema de esgotamento sanitário nas ruas A e B do Portal das Samambaias e Avenida 5 do Centro do Município de Analândia.”, cujo candidato a tomador é a Prefeitura Municipal da Estância Climática de Analândia, foi indeferido pela Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA), pois conforme o MPO do FEHIDRO, redes coletoras de esgoto não são financiáveis. Na sequência, o Sr. Moretti abriu a palavra para que os representantes dos candidatos a tomadores que apresentaram recursos até a data estabelecida na Deliberação dos Comitês PCJ nº 210/14, de 26/09/2014 pudessem se manifestar verbalmente, não se constatando a presença de nenhum representante dos tomadores. Após o Sr. Moretti solicitou à Sra. Elaine Franco de Campos para apresentar os recursos protocolados. A Sra. Elaine informou que o SAAE Atibaia; o SAAE de Salto e o SAAE de Rio das Pedras, apresentaram recursos e apresentou as justificativas constantes para a reconsideração dos indeferimentos. Após o Sr. Moretti abriu espaço para manifestações dos membros da CT-PL que, após votações realizadas para cada um dos empreendimentos mencionados, incluindo aqueles que apresentaram recurso, tiveram sua condição de INDEFERIDO, ratificada e aprovada por unanimidade, pela CT-PL. **5. Cancelamento de indicações de empreendimentos:** O Sr. Moretti lembrou que foi indicado na Deliberação dos Comitês PCJ nº 125/11, de 23/09/2011, para recebimento de recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de Minas Gerais - Cobrança Mineira PCJ, no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), o empreendimento “Plano de Macrodrenagem para o município de Camanducaia-MG – 2ª etapa”, cujo tomador é Entidade Equiparada à Agência da Bacia PJ. Informou que foram realizadas tratativas com a Prefeitura Municipal de Camanducaia, que resultaram na autorização da transferência da execução do empreendimento em questão, pela Fundação Agência das Bacias PCJ, com recursos financeiros do Plano de Aplicação Plurianual – PAP PCJ 2013/2016, previstos

no grupo XI – Parcerias, ação nº 3 – Ações de mobilização, assistência, estudos, projetos, serviços e obras para a porção mineira das Bacias PCJ, em específico para o exercício 2015, para execução com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União – Cobrança Federal PCJ, e que a proposta é que os recursos financeiros correspondentes ao empreendimento acima referido sejam contabilizados para indicações futuras, de acordo com as orientações dos Comitês PCJ. Na sequência, o Sr. Moretti abriu a palavra aos membros. Não havendo manifestações, o Sr. Moretti colocou a proposta em votação, a qual foi aprovada por unanimidade, e deverá ser apreciada na próxima reunião dos Comitês PCJ. **6. Convênio com o IGAM envolvendo os recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia PJ:** O Sr. Moretti informou que a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência das Bacias PCJ), com anuência dos Comitês PCJ, desde a desequiparação do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Consórcio PCJ como Entidade Equiparada na Bacia dos Rios Piracicaba e Jaguari (Deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais – CERH/MG nº 320 de 31 de outubro de 2012), vem promovendo o desenvolvimento de projetos, na porção mineira das Bacias PCJ, por meio da aplicação de recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União – Cobrança PCJ FEDERAL, previstos no Plano de Aplicação Plurianual dos Comitês PCJ – PAP-PCJ 2013-2016. Informou que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais – CERH/MG, aprovou na sua 91ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de dezembro de 2014, por meio da Deliberação CERH-MG nº 363/2014, de 10/12/2014, a atuação do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, como Agência de Bacia para o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ). Na sequência, o Sr. Moretti passou a palavra para o Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, que explicou que considerando a possibilidade estatutária da Agência das Bacias PCJ poder celebrar convênios, bem como o interesse do IGAM em assinar convênio a fim de que a Agência das Bacias PCJ possa desenvolver ações específicas para aquela região com recursos da Cobrança PCJ Mineira, a intenção é empregar estes recursos em ações de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA, nos municípios de Camanducaia, Extrema, Itapeva, Toledo e Sapucaí-Mirim, pertencentes às bacias hidrográficas dos rios Piracicaba e Jaguari – PJ, e apresentou o escopo do projeto proposto, ressaltando que ficaria delegada à

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 60ª Reunião Ordinária da CT-PL -

NAPA – Bragança Paulista/SP – 06/03/2015 - 09h30min

Câmara Técnica de Planejamento – CT-PL a aprovação do detalhamento das ações contidas no Escopo do Projeto de PSA, a fim de compor o Plano de Trabalho e orçamento, que será elaborado com a orientação do IGAM, para efetivação do convênio mencionado. Na sequência, o Sr. Moretti abriu a palavra para manifestação dos membros, que demonstraram concordância sobre o projeto proposto, solicitando a complementação do Artigo 3º da minuta de deliberação apresentada, solicitando que o Escopo do Projeto de PSA, também seja aprovada pelos Comitês PCJ. Após as manifestações, o Sr. Moretti colocou a proposta do Escopo do Projeto de PSA e a minuta de deliberação, em votação, com a complementação do artigo 3º, o qual foi aprovado por unanimidade. **7. Definição de prioridades de ações com recursos da cobrança: atendimento a Resolução CNRH nº 097, de 17/12/08:** O Sr. Moretti informou que a Secretaria Executiva recebeu ofício do Ministério do Meio Ambiente, solicitando aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos (CERHs) e aos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) de rios de domínio da União, a definição de três ações prioritárias, dentre o rol constante do anexo da Resolução CNRH nº 70/07, relativas aos Programas e Subprogramas do Plano Nacional de Recursos Hídricos, para direcionamento da aplicação dos recursos da cobrança, conforme definido pela Resolução CNRH nº 70/07. As ações priorizadas devem ser encaminhadas até o dia 31 de março de 2015, para a Agência Nacional de Águas – ANA. O Sr. Moretti lembrou que em 2011, os Comitês PCJ, já apreciaram esta solicitação, baseados em uma proposta de priorização elaborada pela equipe da Fundação Agência das Bacias PCJ, que contemplava: Programa VII - Programas Setoriais Voltados aos Recursos Hídricos, subprograma Despoluição de bacias hidrográficas, como prioridade 1 (um); Programa III - Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos, subprograma Rede Hidrológica Quali-quantitativa Nacional, como prioridade 2 (dois); e Programa III - Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos, subprograma Metodologias e sistemas de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, como prioridade 3 (três). Após a explanação o Sr. Moretti abriu espaço para a manifestação dos membros sobre o assunto. Após discussão, definiu-se por unanimidade que seriam ratificadas e encaminhadas as ações priorizadas pelos Comitês PCJ em 2011, a saber: Programa VII - Programas Setoriais Voltados aos Recursos Hídricos, subprograma Despoluição de bacias hidrográficas, como prioridade 1 (um); Programa III - Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos, subprograma Rede Hidrológica Quali-quantitativa Nacional, como

prioridade 2 (dois); e Programa III - Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos, subprograma Metodologias e sistemas de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, como prioridade 3 (três). **8. Reativação da “Operação Estiagem PCJ”, para o ano de 2015, no âmbito da CT-PL:** O Sr. Moretti informou que devido às possibilidades de prolongamento da estiagem atípica que ocorre nas Bacias PCJ, na qual as chuvas vêm ocorrendo abaixo das mínimas históricas, ocasionando baixas vazões nas calhas dos corpos d’água da região e a experiência adquirida com os trabalhos da “Operação Estiagem PCJ – 2014”, instituída nos termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 197/14, de 27/03/2014, que também criou o Grupo de Trabalho para a instituição da “Operação Estiagem PCJ – 2014”, no âmbito da CT-PL (GT-Estiagem 2014), a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, visando minimizar e prevenir problemas devido à falta de água que pode persistir na estiagem de 2015 nas captações dos diversos usuários das Bacias PCJ, exigindo-se a articulação dos setores usuários, visando à adoção de conjunto de medidas emergenciais, urgentes, coletivas e integradas com relação aos usos de recursos hídricos nas Bacias PCJ, propõe a reativação do Grupo de Trabalho para a Operação Estiagem PCJ – 2015 (GT-Estiagem 2015), e pela continuidade dos trabalhos desenvolvidos pelo GT-Estiagem. O objetivo do GT-Estiagem 2015 é o de implantar, nas Bacias PCJ, a “Operação Estiagem PCJ – 2015”, que se constitui num conjunto de ações para o planejamento e o enfrentamento, de forma coordenada, coletiva e integrada, de possíveis problemas aos usuários de recursos hídricos das Bacias PCJ, decorrentes da escassez de recursos hídricos durante o período de estiagem deste ano de 2015. O GT-Estiagem 2015 deverá manter suas atribuições até 30/11/2015 ou prazo superior, a critério da Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ (CT-PL), reunindo-se mensalmente, ordinariamente, ou em períodos menores, extraordinariamente e podendo contar com o apoio de assistentes convidados ou consultores, convidados ou contratados pelos seus membros, ou, existindo a disponibilidade de recursos, pela Agência das Bacias PCJ. Após os esclarecimentos, o Sr. Moretti, apresentou proposta de recomposição para o GT-Estiagem 2015, conforme disposto nos termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 197/14, de 27/03/2014. Na sequência o Sr. Moretti, abriu a palavra para manifestação dos membros. Após discussão e contribuições recebidas a proposta da “Operação Estiagem PCJ – 2015” e da instituição do GT-Estiagem 2015 foi discutida e aprovada por unanimidade, constituído por representantes das seguintes instituições: I. Secretaria Executiva dos Comitês PCJ,

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 60ª Reunião Ordinária da CT-PL -

NAPA – Bragança Paulista/SP – 06/03/2015 - 09h30min

que o coordenará, com a participação de: Secretário-executivo (coordenador); Secretário-executivo adjunto do CBH-PCJ; Secretário-executivo adjunto do CBH-PJ. II. Representantes da Agência das Bacias PCJ: III. 555 Coordenadores (titular e adjunto) das seguintes Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ: Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA); Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID) ; Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH); Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL); Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA); 560 Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria); Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural); 565 Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB); Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM); IV. Um representante designado por cada uma das seguintes instituições representativas dos setores usuários: Associação Nacional dos Serviços Municipais de 570 Saneamento (ASSEMAE); Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ); Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); Sindicato Rural de Campinas; Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP). V. Um representante designado pelas agências reguladoras de saneamento, abaixo descritas, na condição de convidados: Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias 580 dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (ARES-PCJ); Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP), e que deverá ser apreciada na próxima reunião dos Comitês PCJ. **9. Análise do pedido da P. M. de Vargem sobre o 585 reenquadramento de trechos do rio Jaguari compreendidos entre a divisa dos Estados de Minas Gerais e a entrada na represa Jaguari e da saída da represa Jaguari até a divisa dos Municípios de Vargem e Bragança Paulista:** O Sr. Moretti informou que a Prefeitura Municipal de Vargem/SP, por meio do 590 Ofício nº 178/2014 GP, de 09/06/2014, solicitou a alteração do enquadramento dos rios Jaguari e Jacaré, da Classe 1 para Classe 2, nos trechos compreendidos entre a divisa dos Estados de São Paulo e Minas Gerais e a entrada do rio na represa Jaguari, e da saída das 595 represas Jaguari-Jacaré, até a divisa dos Municípios de Vargem e Bragança Paulista e, por meio do Ofício nº 297/2014 GP, de 06/11/2014, apresentou estudos complementares para os pontos de coleta e análise de 600 água, referentes ao solicitado no Ofício nº 178/2014 GP. Ressaltou que o assunto foi analisado na 1ª Reunião do GT-Enquadramento PCJ, da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) dos Comitês PCJ, realizada em 29/08/2014, no município de 605 Jundiá/SP, e na 2ª Reunião do GT- Enquadramento

PCJ, da CT-OL, realizada em 24/10/14, na cidade de Vargem/SP; e pela CT-OL durante sua 51ª Reunião Ordinária, realizada em 07/11/2014, na cidade de Campinas /SP, e encaminhou o Ofício CT-OL nº 02/2015, de 27/01/2015, à Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, informando da improcedência da solicitação apresentada pela P. M de Vargem/SP. Na sequência passou a palavra ao Sr. Sebastião Vainer Bosquilha, Coordenador da CT-OL, que explicou os 610 motivos do indeferimento, pela CT-OL, da solicitação da P. M de Vargem. Na sequência, passou a palavra para a Sra. Eneida Mara Moraes Zanella, representante da CETESB e membro da CT-OL, que ratificou a posição da CT-OL, através das análises e 615 monitoramento da CETESB, dos trechos objeto da solicitação. Após, o Sr. Michele Consolmagno, representante da P. M de Vargem, solicitou a palavra e expôs as justificativas da necessidade de alteração do enquadramento dos rios Jaguari e Jacaré, da Classe 1 para Classe 2, conforme solicitado. Na sequência, o Sr. 620 Moretti abriu a palavra para discussões e considerações dos membros do Plenário, havendo intensa discussão. Posteriormente foi aberta votação para ratificação do parecer da CT-OL apresentado no Ofício CT-OL nº 02/2015, de 27/01/2015 ou o encaminhamento do assunto à Câmara técnica do Plano de Bacias (CT-PB), para ser estudado o detalhamento do enquadramento dos rios Jaguari e Jacaré, da Classe 1 para Classe 2, durante o processo de revisão do Plano de Bacias, 625 sendo aprovado por 12 (doze) votos a favor, 7 (sete) contrários e 02 (duas) abstenções, o conteúdo da análise feita e do parecer da CT-OL apresentado no Ofício CT-OL nº 02/2015, de 27/01/2015. **10. Solicitação da CT-EA para alteração no seu plano 630 de trabalho incluindo parceria com o Consórcio PCJ na realização de encontros sobre eventos extremos nas Bacias PCJ:** O Sr. Moretti lembrou que nos termos da Deliberação Comitês PCJ nº 039/09, de 28/08/2009, alterada pelas Deliberações Comitês PCJ nº 073/10, de 19/03/2010, nº 115/11, de 28/06/2011, e nº 169/13, de 27/03/2013, que aprovaram a revisão das Normas Gerais para criação e funcionamento de Câmaras Técnicas, é prevista a elaboração anual de Plano de Trabalho das Câmaras Técnicas (CTs), 635 compatível com o Plano de Bacias e cronograma de trabalho dos Comitês PCJ. Que para o mandato 2013-2015 das CTs dos Comitês PCJ, os Planos de Trabalho Anuais (PTA) foram aprovados pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 196/14, de 27/03/2014. Diante do exposto, o Sr. Moretti informou que, por meio do Ofício CT-EA nº 02/2015, datado de 23 de fevereiro de 2015, a Coordenação da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ, solicitou 640 alteração em seu Plano de Trabalho, acrescentando a atividade “Proposta de Educação Ambiental para

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 60ª Reunião Ordinária da CT-PL -

NAPA – Bragança Paulista/SP – 06/03/2015 - 09h30min

enfrentamento da crise e escassez de água nas Bacias PCJ”, que tem por objetivo realizar 4 Encontros sobre eventos hidrológicos extremos nas Bacias PCJ, com gestores públicos, educadores, comunicadores, sociedade civil e empresas, para elaboração de propostas educativas sobre o tema. Na sequência passou a palavra para o Sr. Yuri Sanada, representante da Aventura Produções, empresa contratada para a realização dos “Encontros: Eventos Extremos Hidrológicos nas Bacias PCJ”, de responsabilidade do Consórcio PCJ, que proferiu esclarecimentos sobre os objetivos e cronograma geral dos quatro encontros programados com gestores públicos, educadores, comunicadores, sociedade civil e empresas para reflexão e potenciais ações com relação as questões hídricas atuais que apontam para um cenário de extremo. Na sequência, o Sr. Moretti abriu a palavra aos membros, que solicitaram informações sobre qual o papel da CT-EA, dos Comitês PCJ e da Agência das Bacias PCJ, nos referidos eventos. A Sra. Dorisney Ribeiro Campos, Coordenadora-adjunta da CT-EA, solicitou a palavra e explicou que a CT-EA terá o papel de contribuição técnica aos eventos, os Comitês PCJ serão apoiadores, e não serão necessários recursos financeiros ou outros apoios da Agência das Bacias PCJ. Após os esclarecimentos o Sr. Moretti colocou em votação a proposta de alteração do Plano de Trabalho Anual da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ, incluindo-se a atividade “Encontros: Eventos Extremos Hidrológicos nas Bacias PCJ”, a qual foi aprovada por unanimidade, e deverá ser apreciada na próxima reunião dos Comitês PCJ. **11. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Moretti agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Luiz Roberto Moretti
Secretário-executivo dos Comitês PCJ e
Coordenador da CT-PL